



Câmara Municipal de Monte Mor

Palácio 24 de Março

DE: Secretaria Legislativa

PARA: Presidência

ASSUNTO: PARECER PRÉVIO DA INDICAÇÃO nº 396/2019.

Em respeito ao art. 3º da Instrução Normativa 06/2019 e em atendimento ao requerido pelo Nobre Presidente, **emito parecer favorável pelo recebimento da matéria**, uma vez que a mesma já foi analisada anteriormente via SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo.

BASE JURÍDICA APLICADA PARA ANÁLISE PRÉVIA:

Considerando que a INDICAÇÃO é uma propositura do(a) vereador(a) para sugerir ao Poder Executivo medidas de interesse público (art. 194 Resolução 02/2012), há exigências regimentais que precisam ser analisadas, uma vez que o **artigo 150 do Regimento Interno** define as condições para Presidência poder receber qualquer proposição, no caso dessa espécie legislativa, se aplica na análise prévia o **inciso “III” do art. 150 da Resolução 02/2012** que é determinante: não pode receber matéria antirregimental.

No caso de INDICAÇÃO, para análise regimental, aplica-se o **art. 194 da Resolução 02/2012**, ou seja, a **autoria** da proposição tem que ser do vereador, e a matéria precisa **ter interesse público**; Já o **art. 195** não admite **caráter amplo ou genérico do objeto** e **não pode possuir matéria que constitui objeto de requerimento**; Por sua vez, o **art. 196, § 1º** impede apresentação de indicação com o mesmo objeto que já foi apresentado dentro do prazo de até seis meses, independente da autoria.

Sendo a indicação uma propositura nos termos do **art. 148, alínea n** da Resolução 02/2012, aplica-se as exigências contidas no **parágrafo único** do mesmo dispositivo legal: redação com clareza, em termos explícitos e concisos e não poderá conter matéria estranha ao enunciado objetivamente declarado na ementa.

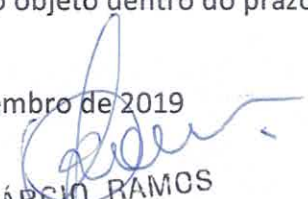
ANÁLISE DA PROPOSITURA

1 – A proposta de indicação apresentada está assinada e contém no corpo do texto a ementa e a justificativa. A ementa indica ao Poder Executivo as escolas municipais passem a oferecer período integral aos alunos da rede pública de ensino. O autor demonstra o interesse público ao justificar a necessidade do serviço e o seu alcance coletivo. A proposta é de competência da administração pública municipal. **(art. 194 e 148)**

2 – A matéria da indicação é específica, objeto é preciso e local exato. Em relação a matéria ser ou não destinada para requerimento, a mesma não vislumbra possuir nenhuma menção que configura algum tipo de questionamento ao Poder Executivo. **(art. 195)**

3 – Em Pesquisa no SAPL – Sistema de Apoio ao Processo Legislativo constatou que não há indicação com o mesmo objeto dentro do prazo regimental. **(Art. 196)**

Monte Mor, 22 de novembro de 2019


MÁRCIO RAMCS
(Secretário Legislativo)